

Em defesa do ensino de história: a democracia como valor

*In Defense of the History Teaching:
The Democracy as a Value*

Airton Fernandes de Matos Filho*

ROCHA, Helenice A. B.; MAGALHÃES, Marcelo (Orgs.). *Em defesa do ensino de história: a democracia como valor*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

A coletânea é uma resposta do grupo Oficinas de História ao momento de crise democrática por que o país passa; organizada por Helenice Aparecida Bastos Rocha, professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que atua na graduação e na pós-graduação em História (PPGHS) e no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória); e por Marcelo Magalhães, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Unirio), que atua no curso de Licenciatura em História, no programa de pós-graduação em História e no Mestrado Profissional em Ensino de História.

Na apresentação, os organizadores evidenciam a trajetória do grupo e os temas de pesquisa, o livro didático e o ensino de história, usos do passado e o ensino da disciplina, e a escrita da história escolar. Esclarecem que o livro colocou em diálogo um conjunto de pesquisas sobre usos diversos do passado, com o intuito de estabelecer interfaces entre as tarefas do profissional da história, seja ela acadêmica, escolar ou pública.

O livro está dividido em três partes. A primeira se intitula “Sentidos da história e seu ensino”, nessa parte, os autores dialogam com questões como a importância da história como conhecimento atual. A segunda, intitulada “Diversidade das narrativas didáticas na história”, reúne reflexões sobre tais narrativas. A terceira e última, “A interlocução da história – historiadores e

* Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC/BA), Salvador, Bahia, Brasil. profairtonmatos@gmail.com <<https://orcid.org/0000-0001-7274-1666>>

professores – com políticas públicas”, apresenta práticas de professores e formadores como respostas a políticas e ações públicas.

A primeira parte começa com o texto “Deixa os historiadores pra lá’: crise das humanidades, crise de autoridade, novas possibilidades”, de Rebeca Gontijo (UFRRJ), em que a autora reafirma a crença na História como disciplina; e na autoridade, se não do historiador, ao menos do historiador público, como um especialista atento às demandas do mundo digital.

O próximo capítulo, o texto “Que ensino de história para qual verdade? Desafios teórico-políticos em tempos de negacionismo”, de Carmem Tereza Gabriel (UFRJ), questiona como continuar a defender o ensino de história em tempos nos quais significantes como “ciência”, “razão” e “verdade” são questionados. A autora sustenta uma epistemologia social do conhecimento histórico escolar.

No capítulo 3, Nilton Mullet Pereira (UFRGS) combate o negacionismo e defende uma poética no ensino de história no texto “A falta que o passado faz: uma poética do ensino de história”. O autor constitui esse lugar pela chave da inutilidade e responde à questão para que serve a história pela via do entendimento da multiplicidade da compreensão do mundo.

O próximo capítulo, intitulado “Por que será que?... Evidências sobre a história, a memória e seu ensino”, de Helenice Rocha (Uerj), aborda algumas narrativas, perguntas relativas a elas e lacunas percebidas na recepção. Analisa possíveis repercussões, na formação dos estudantes, das explicações causais relativas ao conteúdo programático e evidencia que, dentro de uma certa memória histórica, a narrativa didática se constitui sem problematizar aspectos do processo em questão.

O capítulo 5 apresenta o texto “O passado movediço na aprendizagem histórica: entre afogamentos e respiros”, de Letícia Mistura (SEC/RS) e Flavia Eloisa Caimi (UPF/RS). Investiga pesquisas sobre a aprendizagem histórica objetivando olhar para essa concepção em estudos que se orientam por perspectiva disciplinar ou interdisciplinar. A conclusão é que a pesquisa em ensino e aprendizagem é interdisciplinar; e que um desafio a ser superado é a noção de que o conhecimento histórico escolar consistiria apenas em movimentos de transposição do conhecimento acadêmico à sala de aula.

O capítulo seguinte traz o texto “Produzindo sentido para o passado: aprender história como caixa de ferramentas para a vida”, de Sonia Wander-

ley (Uerj). Discute o papel do conhecimento histórico em uma cultura marcada pela instantaneidade do tempo. A conclusão é a de que a valorização da produção historiográfica ou histórico escolar deve passar por um mergulho reflexivo nas formas de significar.

A segunda parte do livro tem início com o texto “Balance de cuatro décadas de cambios en la historia como disciplina escolar (Argentina en democracia, 1983-2023)”, de Silvia Finocchio (UBA), que evidencia mudanças na história escolar argentina e aponta que é fundamental encontrar inovações, assegurar um ensino e uma história escolar associados aos projetos de vida dos alunos.

O capítulo seguinte apresenta o texto “A escrita da história, usos políticos do passado e republicanismo no Brasil da Primeira República”, de Angela de Castro Gomes (UFF). Trata dos esforços desenvolvidos durante a Primeira República para a produção de narrativas históricas. Pretende-se ressaltar a fluidez entre a história e obras literárias que se utilizavam de diversas estratégias narrativas para divulgar o conhecimento.

O próximo capítulo, o texto “Biografia, usos do passado e demandas identitárias”, de Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ), questiona os usos possíveis da biografia no ensino-aprendizagem da história. Sugere o uso das biografias como fontes potencializadoras para ações efetivas de defesa da democracia.

O capítulo 10 traz o texto “Historiografia acadêmica e história escolar: convergências e distanciamentos na abordagem da última ditadura no ensino médio na Argentina”, de Maria Paula González (UNGS), que estuda as convergências e os distanciamentos entre as historiografias acadêmica e escolar na abordagem da última ditadura. Para a autora, a disseminação dos avanços da historiografia seria importante para a formação dos jovens.

O capítulo 11, o texto “O passado em sedimentos: currículo e cânone na narrativa histórica escolar – um ensaio de interpretação”, de Mauro Cezar Coelho (UFPA), sugere que um fenômeno análogo à sedimentação ocorre com o currículo na história ensinada. Para o autor, essa sedimentação impossibilita que a história escolar responda as demandas do tempo presente.

O próximo capítulo apresenta o texto “Independência para quem? Espaços de (re)existência na Pequena África”, de Ana Maria Monteiro (UFRJ), Rafaela Albergaria Mello (Seeduc/RJ), Thays Merolla Piubel (Semed/Maricá-

-RJ) e Adriana Soares Ralejo (Ufabc). Trata de um vídeo produzido para ser usado nas salas de aula, uma narrativa na qual excluídos e silenciados são apresentados como protagonistas de sua própria história.

Finalizando a segunda parte, o texto de Marcelo Henrique Leite (Unirio), “Mexendo em casa de marimbondos: a ditadura militar nas provas da Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB)”, analisa os temas recorrentes em edições da olimpíada; para o autor, por meio da análise das tarefas da ONHB é possível cartografar memórias da censura. Nesse sentido, a olimpíada mexe em casa de maribondo quando enfrenta o que se quer esconder.

A terceira parte começa com o texto “No fim, sobraram as telas’: corpos e vozes docentes em aulas remotas de história”, de Rafael Monteiro (Uerj), que se debruça sobre iniciativas que revelam o compromisso ético da história, frisando a possibilidade de ensinar dando à oralidade e à corporalidade a evidência para que os alunos aprendam. A conclusão é a de que a aula não trata apenas de ensinar objetos do currículo prescrito, mas é também um vínculo afetivo que busca direcionar a turma para um horizonte de expectativas compartilhado.

O capítulo seguinte, o texto “Que passados, que memórias? A temática africana e afro-brasileira sob tensão nas aulas de história”, de Karla Andrezza Vieira (Udesc) e Cristiane Bereta da Silva (Udesc), analisa propostas de aulas acerca da temática e aponta que as propostas evidenciam que memórias e histórias são reformuladas por professores autores que resgatam o dever da memória visando a construção de projetos de futuro alternativo.

O terceiro capítulo dessa parte apresenta o texto “Temporalidades e seleções no novo ensino médio: estudos de caso sobre os currículos estaduais (SP, MT e PE)” de Mariana Guglielmo (Unirio). Analisa como os conhecimentos relativos à história aparecem em alguns organizadores curriculares; concluindo que os currículos não sugerem como o passado recente poderia ser trabalhado e não conseguem traçar relações precisas entre competências e habilidades.

O penúltimo capítulo evidencia o texto “Licenciatura de história: percursos históricos e debates em torno da formação de professores”, de Renata Augusta dos Santos Silva (Colégio Pedro II), que aponta os caminhos da docência escolar e como foram construídos os espaços de formação e sugere que pensar sobre as licenciaturas envolve operações complexas que passam

pelas questões das políticas públicas e também pelas dinâmicas internas dos cursos, suas relações com a escola e o ensino de história.

O último capítulo traz o texto “Experimentando o fazer docente: as potencialidades do estágio supervisionado em história”, de Maria Aparecida da Silva Cabral (FFP/Uerj). Analisa as práticas de estágio supervisionado com o objetivo de problematizar algumas atividades. Sugere a diminuição da distância entre o que se ensina e o que se espera de um bom professor e propõe uma reflexão acerca do que os futuros professores devem aprender, por que, e para que.

Em síntese, a leitura desses capítulos reforça o ensino e a história (seja ela acadêmica, escolar ou pública) como conhecimento, o papel do profissional de história e a importância dos usos do passado. A obra é essencial nos dias de hoje, tempos em que o historiador precisa ocupar diversos espaços para defender a democracia.



Resenha submetida em 27 de julho de 2023.
Aprovada em 28 de maio de 2024.